

## III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

#### **MPH0988**

# A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

WALESKA PORTELLA DE LACERDA waleska.portella@ubm.br MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

**ORIENTADOR(A)**EDSON TRAJANO VIEIRA
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

#### Resumo

O presente artigo relata uma pesquisa sobre a Extensão Universitária e suas contribuições significativas para o desenvolvimento regional especificamente na região Sul Fluminense. O problema que motivou a pesquisa foi necessidade de estudos acadêmicos sobre o referido tema frente às atuais demandas por conhecimento para o regional. Esta pesquisa objetiva, portanto. desenvolvimento desenvolvimento regional à luz de teorias consagradas e de conceitos propostos por Yves Fauré em sua análise especifica sobre a região Fluminense e as possíveis contribuições da Extensão Universitária para esta região. A pesquisa que fundamentou este trabalho foi classificada como exploratória, documental com uma revisão de literatura por meio de livros e artigos científicos. Como resultados, esperam-se (i) informar estudantes e gestores de escritórios de extensão das Instituições de Ensino Superior alguns dos conceitos de Desenvolvimento Regional e sua relação com as ações e cursos de Extensão Universitária (ii) informar contribuições das universidades e especificamente da extensão universitária para o desenvolvimento regional. (iii) contribuir para o surgimento de mais estudos sobre as reflexões iniciadas.

**Palavras-chave**: Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento da região Sul Fluminense; Extensão Universitária; Políticas de Desenvolvimento Regional.

#### UNIVERSITY EXTENSION AND REGIONAL DEVELOPMENT

#### **Abstract**

This article presents a research about university extension and its contributions for regional development specifically in the South Rio region. This paper was motivated by a problem which is the necessity of academic studies about the said topic and the current demands for knowledge to the regional development. The aims of this report are to reflect about regional development according to prominent theories and also according to the conceptions proposed by Yves Fauré in his specifics analysis on Fluminense region, and the possible contributions of University Extension for this region. This article is considered as a theoretical research classified as documentary and exploratory literature through books and scientific articles. Expected results are (i) to inform, students and managers, some concepts of regional development and its relation to the University Extension courses (ii) inform some contributions of universities and some contribution of the university extension courses for regional development.(iii) contribute for further studies about the discussions started.

**Key words:** Regional Development; Development of South Fluminense region; University Extension; Regional development policies.

## 1. INTRODUÇÃO

A universidade por sua natureza está ligada ao desenvolvimento de uma região à medida que seja considerada como um suporte na atualização dos indivíduos atores nos processos econômicos. Assim, não é difícil perceber a íntima relação ente os serviços de formação profissional proporcionados por uma Universidade e suas relações com o desenvolvimento regional.

A transformação pela qual o mundo tem passado, com uma crescente demanda por conhecimento e por mão de obra cada vez melhor qualificada, tem gerado impactos nas universidades que começam a ser concebidas como importantes instrumentos de mudanças sociais e econômicas a serem operadas em suas regiões. (SILVEIRA, 2013, p. 84)

Esta percepção de que a educação está ligada de forma intrínseca ao desenvolvimento econômico, motiva inúmeros e relevantes pesquisas no sentido de contribuir cada vez mais para uma frutífera relação entre as ações universitárias de atualização profissional e suas contribuições para o desenvolvimento regional.

De forma geral este estudo analisa a possibilidade de a Extensão Universitária contribuir para o desenvolvimento regional Sul Fluminense caso a extensão utilize uma perspectiva de atualização profissional com currículos flexíveis. De forma especifica o estudo procura esclarecer alguns conceitos relacionados a questão de desenvolvimento econômico e Extensão Universitária, ainda que o enfoque principal da pesquisa não seja a descrição histórica de conceituações relacionadas ao tema. Também pretende-se abordar conceituações mais específicas como a de desenvolvimento regional e desenvolvimento da região Sul Fluminense. Nesta perspectiva, tais informações são condizentes com alguns dos objetivos do PNDR (POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL) também descritos neste texto. Gomes (2011) afirma a necessidade de zelo pelas condições necessárias para o desenvolvimento de uma região, assim como a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e melhoria da qualidade de vida.

Notada a necessidade de se entender um pouco mais sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, políticas de desenvolvimento regional no Brasil, papel da universidade e da extensão universitária e suas implicações no desenvolvimento regional, este estudo dedica os próximos capítulos para elucidar, o melhor possível, os conceitos sobre os temas descritos.

#### 2. REFERENCIAL TEORICO

#### 2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ideias vanguardistas sobre o conceito de desenvolvimento econômico podem ser encontradas em conceitos filosóficos antigos e progressivamente complexos. Mesmo em um básico levantamento bibliográfico, nota-se que haja muitas perspectivas teóricas sobre o assunto. "O tema crescimento econômico emerge, portanto com vigor com a obra capital de Adam Smith, 'A riqueza das nações', em 1776, em cuja obra, o autor procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional." (LIMA,2010, p.22).

Muitos estudiosos lançaram teorias à luz dessa marcante direção conceitual. Assim, especialmente em termos de desenvolvimento econômico, e para melhor organização textual deste trabalho de pesquisa, optou-se neste ponto por definições e

autores igualmente consagrados. Furtado explica que para entender o desenvolvimento econômico, é importante o fator de crescimento tecnológico e também a percepção de

Desenvolvimento enquanto processo global: transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de ampliação e de acumulação produtiva, mas também de apropriação de produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e de cooperação, mas também de estratificação social e dominação, introdução de novos produtos e diversificação de consumo, mas também de destruição de valores e superação de capacidade criadora. (FURTADO, 1997, p.11)

Às luzes dos esclarecimentos de Furtado, percebe-se o desenvolvimento econômico como um processo multifacetado e com abrangência em várias esferas da sociedade e tudo isso ao mesmo tempo funcionando como engrenagens interdependentes.

Em outro argumento, nota-se Mellor (1967 apud PENNA et al; 2006) indicando que o desenvolvimento econômico é um processo no qual uma população amplia sua eficiência na produção de bens e serviços juntamente com sua conquista de melhores padrões de vida.

Na visão de Meier (1970 apud PENNA et al; 2006) desenvolvimento se traduz por modernização com aumento de produtividade juntamente com redução dos níveis de desigualdades socioeconômicas e elevações do nível de conhecimento. O autor ainda destaca a necessária tomada de meditas políticas capazes de evitar condições indesejáveis ao desenvolvimento.

Em outra leitura, pode-se verificar também que:

Desenvolvimento econômico é visto como um processo de transformação estrutural nos diversos campos da sociedade com o objetivo de superar atraso histórico dos países subdesenvolvidos, a fim de alcançar no prazo mais curto possível o nível de bem estar dos países desenvolvidos. (PENNA et al, 2006, p. 126).

No entanto, para entender a expressão "bem estar dos países ricos" há a necessidade de se estabelecer parâmetros ou perspectivas para tal julgamento. Assim, ainda segundo a visão dos autores citados, há parâmetros citadas pela ONU com objetivos de esclarecer alguns indicadores específicos que fazem a caracterização de países enquanto desenvolvidos ou em processo e desenvolvimento. Alguns destes parâmetros são: índice de mortalidade infantil, expectativa de vida, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico, grau de alfabetização e instrução e condições sanitárias.

Em outro ponto de vista ainda relatado em Penna et al, (2006) nota-se que o desenvolvimento econômico pode estar sujeito a 5 dimensões importantes sendo elas: Aumento da produtividade, uso de políticas macroeconômicas suportando a estabilidade de empregos, a políticas de renda que difundam o bem estar, distribuição de renda mais equitativa, inovação tecnológica (condição básica) e crescimento responsável sem comprometimento dos recursos naturais e da qualidade de vida de gerações futuras.

Enfim, inferindo-se dos autores citados, pode-se dizer que o desenvolvimento deve proporcionar satisfação dos indivíduos e de seu coletivo, mas com responsabilidade, de forma que esta satisfação se torne cada vez maior e duradoura, alcançando e beneficiando também futuras gerações.

Outra possível maneira de entender um pouco mais sobre desenvolvimento econômico pode ser através de uma analogia, na qual depreende-se conceitos sob outro ponto de vista: O do subdesenvolvimento, ou melhor, o do obstáculo ao desenvolvimento

#### 2.2. OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO

São inúmeros os fatores que impossibilitam o desenvolvimento de uma região pois "o desenvolvimento abrange o campo político, social econômico, cultural, educacional, ético e ambiental." (PENNA et al, 2006, p. 127). Neste ponto, este estudo destaca a relação entre desenvolvimento e fator educativo e especificamente a ação de extensão universitária. Sabe-se que os fatores ligados à educação, cultura e atualização profissional são extremamente relevantes para que se processe o desenvolvimento, que para o qual, há inúmeros obstáculos como:

A dificuldade de toda a população integrar-se na economia nacional em virtude das falhas no processo educacional, a falta de um planejamento estratégico continuado, a falta de estudos que promovam o conhecimento da região em suas potencialidades e deficiências, o isolamento cultural e social, a pouca participação da sociedade na promoção do desenvolvimento. (PENNA et al, 2006, p. 127)

Faltando condições para o desenvolvimento, começa a existir o subdesenvolvimento, embora este se expresse não exatamente como o oposto do desenvolvimento. De forma contextual, é o oposto aos princípios de desenvolvimento instituído pela ONU.

Um país subdesenvolvido apresenta crescimento econômico instável e insuficiente, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuto mercado interno, baixa produtividade e instabilidade política. (LIMA, 2010, p. 22)

Enfim infere-se a partir das visões dos autores citados, que para se pensar em desenvolvimento econômico, deve-se também pensar em estratégias e principalmente em conhecimento e educação continuadas acompanhando o fluxo de desenvolvimento científico, prático e tecnológico.

#### 2.3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dentro das concepções de desenvolvimento econômico, pode-se iniciar uma conceituação de desenvolvimento regional que, de certa forma, derivada do conceito de desenvolvimento econômico, no entanto, em se tratando de regiões, nota-se a importância de verificar conceitos mais específicos ou endógenos. Segundo Siedenberg (apud PENNA et al 2006, p. 128)

O desenvolvimento regional é visto pelos mais diferentes agentes da sociedade como um processo de mudanças multifacetado relativo a aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais que ocorrem em determinado espaço e tempo (...) o desenvolvimento regional tem diferentes aspectos ou óticas que devem ser considerados de forma conjunta como forma de geração de conhecimento, entendimento e resolução de problemas.

Assim, pode-se notar que "O desenvolvimento de um país ou região depende de suas características próprias como situação geográfica, passado histórico, extensão territorial população cultura e recursos naturais ". (PENNA et al, 2006, p. 127). Deste modo, a elucidação do conceito de desenvolvimento regional se torna mais específico, pois há um número maior de variáveis a serem abordadas.

Outro fator específico de desenvolvimento regional consiste no processo de abertura para investimentos industriais. "As mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola (...) e menor dependência de recursos externos". (PENNA et al, 2006, p. 126).

O contexto regional pode ser considerado como uma importante célula para a economia mais abrangente. Assim, mesmo que no atual momento histórico se insere uma economia interdependente e global, verifica-se a necessidade de cuidar das bases, de cada região com suas peculiaridades, "as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região". (SANTOS, 1996, p.197).

Neste ponto de vista, a Região Sul Fluminense, torna-se também enfoque de estudo deste trabalho. Esta região encontra-se de certa forma privilegiada e se faz importante pela sua histórica implantação industrial, sua vocação econômica melhor esclarecida no próximo parágrafo.

#### 2.4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL FLUMINENSE

Embora esteja localizada em um ponto geográfico privilegiado no país, compreendida no eixo Rio/São Paulo, o desenvolvimento da região Sul Fluminense não foi isento de oscilações em termos econômicos acompanhando assim, a história recente do estado do Rio de Janeiro.

O período compreendido entre o início dos anos 80 e a metade dos anos 90 foi marcado por profunda crise econômica, social e institucional e ficou conhecido como período do Rio de todas as crises (...) houve crescimento pífio da indústria fluminense apenas 6,4%, queda da participação do estado do Rio no PIB nacional, quase perdendo o status de segunda economia do país. (FAURÉ et al, 2008, pag. 13).

Entrando, este estudo não se direciona na questão de causa da crise, mas nas tomadas de atitudes positivas que contribuíram para o reerguimento da economia, e neste caso, Loureiro (apud FAURÉ et al, 2008, pag. 27) assinala que a presença física do estado no território carioca por meio do aparelhamento estatal, como por exemplo os ministérios, foi importante para a captação de diversas empresas e instituições pública e privadas que se estabeleceram no estado do Rio de Janeiro.

A indústria extrativista, que continua com grande crescimento nacional, contribuiu também para a retomada do poder econômico carioca.

A indústria atua como grande impulsionadora de outras atividades produtivas em outras regiões do estado do Rio de Janeiro, como a indústria naval e petroquímica. Isto é uma prova de que o crescimento de atividades localizadas no interior tem promovido não só a saída para a crise fluminense, mas também possibilitando inclusive uma dinamização até mesmo na economia metropolitana. (FAURÉ et al, 2008, pag. 35).

No entanto, nem todos os municípios conseguiram acompanhar o mesmo ritmo de reabilitação econômica, e assim, foram surgindo algumas microrregiões específicas com suas próprias dinâmicas de desenvolvimento. Na região sul fluminense pode-se notar que a indústria de beneficiamento, transformação e automobilística tomaram importantes papeis na construção de uma região com um relevante potencial e em constante desenvolvimento.

Este cenário é composto por "ilhas de crescimento" (...) a região do médio Paraíba, com Volta Redonda, como um tradicional centro industrial do estado do Rio de Janeiro, devido a indústria siderúrgica capitaneada pela CSN, e em menor escala com Resende e Porto Real que abrigam grandes investimentos no setor automobilístico, respectivamente com unidades da Wolkswagen e Peageout-Citroen. (FAURÉ et al, 2008, pag. 43).

Neste ponto de vista, a região Sul Fluminense encontra-se em uma recuperação econômica motivada por sua vocação industrial crescente, apesar de o impulso econômico gerado por políticas públicas não atuar contundentemente nesta região. Isto porque a região pode ser considerada, seguindo o documento oficial, como régio da alta renda. Ou seja, é classificada como região desenvolvida e "estas regiões não são prioritárias para o PNDR pois dispõem de recursos suficientes para reverter concentrações de pobrezas" (BRAZIL. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO ...,2007 P.14, apud GOMES,2011, p.338)

Nota-se que as políticas públicas de desenvolvimento no Brasil priorizam o norte e nordeste, mas em relação ao PAC pode-se notar uma nova abordagem. Gomes (2011) nos mostra que o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal tem pretensões de investimento na casa dos 130 bilhões no sudeste. Mesmo sem ainda relatar um fim específico em microrregiões como a do Sul Fluminense, o investimento pode refletir melhorias nestas regiões por destinar recursos nos setores de logística e energia. Assim, contribui substancialmente com a região Sul Fluminense por se tratar de uma região com forte demanda nestes setores.

**TABELA 26** – Brasil: Programa de Aceleração do Crescimento, 2007 – 10 – Previsão do Investimento Regional em Infraestrutura.

Região	Logística	Energética	Social e	Total
			Urbana	
		Em R\$ Bilhões		
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro – Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Total regionalizável	29,9	173,1	120,4	323,4
Nacional*	28,4	101,7	50,4	180,5

Total Geral	58,3	274,8	170,8	503,9
	Em percenta	gem do Total Regi	onalizável	
Norte	21,1	18,9	9,9	15,7
Nordeste	24,7	16,9	36,3	24,9
Sudeste	26,4	46,7	34,7	40,4
Sul	15,1	10,8	11,9	11,6
Centro - Oeste	12,7	6,7	7,2	7,5

Fonte: Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão... (2007).

Enfim, em se tratando de motivação advinda do governo, percebe-se que o investimento tende a trazer benefícios que podem impulsionar o desenvolvimento econômico regional e especificamente da região Sul Fluminense.

#### 2.4. PNDR- POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Segundo Lima (2010) o estado deve agir na economia especialmente gerando políticas que minimizem as consequências dos tempos de crise em especial com políticas de redução do desemprego e de proteção aos menos assistidos.

Há no Brasil um conjunto de medidas e políticas relacionadas ao desenvolvimento regional aplicadas através do PNDR (Ministério da Integração Nacional). Seus objetivos são basicamente de "reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras" (GOMES,2011, P.338) ainda sob a visão do autor, o PNDR com abrangência nacional visa a "dinamização das regiões e melhor distribuição das atividades produtivas no território"

A legislação brasileira ampara a criação e manutenção de políticas de desenvolvimento, como pode-se ter acesso aos seus termos no DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional — PNDR. Neste decreto , fica claro os objetivos de "redução das desigualdades, de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e orientar os programas e ações federais no Território Nacional" o texto da lei ratifica a redução das desigualdades regionais através de algumas estratégias como " estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária."( BRASIL,2007)

Nas visões de Gomes (2011) as estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica. Ainda na visão do autor o cenário de políticas públicas com objetivos de desenvolvimento regionais, vigorando ainda no novo milênio, pode ser listado em um grupo de seis planos principais:

- 1-PNDR, A "Política Nacional de Desenvolvimento Regional" do ministério da Integração.
- 2-SUDENE, SUDAN, com ações regionais de desenvolvimento, atuação nas regiões Norte e Nordeste.
  - 3-Fundo Constitucional de Desenvolvimento do centro -oeste.
  - 4-SUFRAMA, abrangendo incentivos fiscais de Manaus.
- 5-BNDES, financiando o desenvolvimento de regiões menos favorecidas levando em consideração algumas condições especiais.

<sup>(\*)</sup> Projetos de característica nacional, que não estão localizados em uma única região.

6-PAC (2007-10), "Programa de Aceleração do Crescimento" selecionados para regiões Norte, Nordeste e centro-Oeste.

Gomes (2011) ainda salienta que a política do PAC seja a "mais importante, pelo peso que tem recebido no discurso oficial do atual governo." (GOMES,2011, p.338)

O mistério da Integração Nacional estabelece planos para principais ações do Programa para Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. As frentes de trabalho são a Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e Concessão de bolsas de estudos para programas de pósgraduação em Desenvolvimento Regional e Áreas afins; Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial; Divulgação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial; Revitalização e Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional.

#### 2.5. O PAPEL DA UNIVERSIDADE EM UM CONTEXTO REGIONAL

Muito se fala da necessidade de melhoria de níveis educacionais no país. Apesar de que a preocupação maior do governo federal seja à Educação Básica, nota-se que os efeitos da Universidade sejam de grande relevância para o processo de desenvolvimento de uma região ou da nação como um todo. Dentre muitos papeis desempenhados pelas Universidades no Brasil pode-se salientar que

Elas podem desempenhar um papel determinante no processo de desenvolvimento regional, que ultrapassa a mera condição de formadoras de profissionais para o mercado de trabalho. De fato, as universidades podem se transformar nos principais difusores do crescimento econômico de suas regiões na medida em que produzem conhecimento - um ativo extremamente valioso e importante para o processo de inovação – que pode ser transferido para as empresas, seja através de parcerias estabelecidas ou mesmo por meio da criação de empresas, as quais serão capazes de comercializar os conhecimentos produzidos e, consequentemente, terão grande potencial para gerar spin-offs na economia. (SILVEIRA,2013, p.84)

Se forem usados exemplos de desenvolvimento tomados pela maioria dos países economicamente estáveis, há de se perceber muitos investimentos no setor educacional e consequentemente na produção científica. Portanto, também em relação a uma célula menor, na base do processo de desenvolvimento da economia, nota-se a importância da valorização do ensino dentro de um esforço conjunto de integrar, cada vez mais, a universidade em sua região com uma relação mútua de benefícios.

A concretização desse engajamento regional enfrenta os mais variados obstáculos, que vão desde a adequação do ensino e da pesquisa às demandas do mercado de trabalho local até as incompreensões entre os agentes regionais/locais e as instituições de ensino superior, sendo que este último obstáculo está intrinsecamente relacionado aos seus compromissos incompatíveis e mesmo a políticas públicas difusas. (SILVEIRA,2013, p.85)

Sabendo da importância da relação universidade/região. Pode-se clamar aos atores de desenvolvimento por articulações e parcerias. "Uma parceria de sucesso depende fundamentalmente da compreensão mútua - entre universidades e autoridades regionais - acerca do papel que cada um desempenha na região." (SILVEIRA,2013, p.85). Deste

modo, a universidade pode atuar não somente em sua função de formação na Graduação, mas também abrindo suas portas para as necessidades de atualizações profissionais que podem ser supridas através dos cursos e ações de Extensão Universitária.

### 2.6. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: MAIS QUE FUNÇÃO SOCIAL DAS IES

Na história global e na história das universidades brasileiras, o conceito de Extensão Universitária tem mudado. Dentro de muitas acepções, notam-se principalmente a de cursos, a assistencial, ou a de instrumento de função social da Universidade. "As divergências nas concepções de Extensão Universitária não são apenas decorrentes alterações semânticas, mas podem ser frutos da própria construção Histórica da educação no Brasil." (SOUSA, 2010, p.12).

Assim, o conceito tem sido construído sob diferentes visões e objetivos, no entanto, reconhecendo o importante trabalho realizado através do FORPROEX (Fórum de Pró-reitores de Extensão), este texto procura também basear-se na conceituação de Extensão Universitária através da elaboração feita pelo fórum em seu documento de "Política Nacional de Extensão" que a conceitua da seguinte forma: "(...) Extensão Universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade." (FORPROEX, 2012, p. 42).

Segundo Sousa (2010), o fórum manteve o cuidado de gerar um conceito de Extensão Universitária que respeitasse conceitos já construídos, mas que tentasse explicá-la como parte das bases acadêmicas que são compostas por Ensino, Pesquisa e Extensão.

Sousa (2010) ainda salienta que o próprio fórum reconhece que o conceito de extensão não deve ser aceito como uma construção definitiva, pois caminha ainda em um processo de desenvolvimento e tem a necessidade de ser revisto e reavaliado conforme cada momento do desenvolvimento da universidade.

Outra característica atribuída a extensão consiste em considerá-la como um instrumento ou meio de cumprimento da função social das IES. Sousa (2010), também percebe o FORPROEX conceituando a Extensão com crescentes aspirações no sentido de desenvolvimento da responsabilidade social por parte das IES. No entanto, esta função se torna uma parte pequena em relação a tantas outras funções que podem ser apreciadas através das ações de Extensão Universitária. Sob outra função, ela pode oferecer atualizações profissionais e formações, traduzindo o conhecimento acadêmico para formas mais acessíveis.

Para Sousa (2010), O papel das Universidades, enquanto instâncias produtoras do conhecimento, deve ser a oferta de tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento não somente econômico de uma região, mas também que este seja a sustentável e que tenha um caráter ético. Enfim, é preciso que seus ensinamentos estejam afinados com os valores e interesses sociais.

A extensão não se faz apenas pelos cursos e serviços que oferece, mas pela observação do contexto social em que a IES está inserida, aliada às interfaces que com outros setores que compõem a academia, vinculando-se sem se confundir, com a pesquisa e ensino, com a organização administrativa, com a sociedade e o Estado, priorizando a dinâmica da região para a qual a extensão vai contribuir. (FORPROEX, 2004, p. 10).

Em termos legais a Lei 9394/96, Lei de diretrizes e bases da educação Brasileira destaca no artigo 43 Incisos VII que a "Educação Superior, dentre outras, tem por finalidade a promoção da Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica" (BRASIL,1996). A constituição de 1988 em seu artigo 207 registra o "Princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão" (BRASIL,1988) que deve reger as Universidades Brasileiras. A LDB acrescenta outra finalidade do Ensino Superior, como: "permanente aperfeiçoamento cultural e profissional" (BRASIL,1996) e a de "estimular o conhecimento dos problemas nacionais e regionais e prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" (BRASIL,1996). Portanto, ao embasar-se ao mínimo em algumas leis que se referem à Educação Superior, pode-se perceber que a lei determina e incentiva que as IES ofereçam atividades de extensão, inclusive com uma visão particular de ensino contemplando seu público regional e comunidade na qual ela esteja inserida.

A extensão é concebida com o intuito de intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade, através de um processo educativo, social cultural e científico, cuja a atuação possibilita a formação de pessoas emancipadas no conhecimento e nas relações sociais, promovendo ações que atuem como base para a reconstrução do saber, constituindo-se como ponto de encontro entre o acadêmico e o cidadão, comprometidos com a comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e do fazer. (FORPROEX, 2004, p. 11).

Na visão de Rodrigues (2003) a Extensão Universitária representa uma boa integração entre teoria e prática e uma possibilidade de transformação social quando busca um diálogo entre comunidade, o ensino e a pesquisa, ou seja, "Não se trata mais de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo." (FORPROEX, 2012, p.80)

Um ponto marcante na atuação da extensão se faz à medida que ela produz um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social, este enfoque em suma, contribuirá para melhoria da empregabilidade de seu aluno, assim como para o desenvolvimento regional, considerando que o conhecimento adquirido possa ser colocado em prática no setor produtivos e empresas regionais.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão construído pelo FORPROEX a Extensão Universitária deve ser um instrumento atuante para uma Universidade com ênfase em problemas sociais com o objetivo tentar soluções através de pesquisas, intervindo também na realidade concreta.

Assim, a Extensão Universitária e suas contribuições para o desenvolvimento e capacitação do capital humano regional torna-se um assunto imprescindível e relevante em uma sociedade na qual há urgência de constante evolução, atualização e aperfeiçoamento profissional e acadêmico.

#### 3 MÉTODOS

Este estudo se concretiza com revisões bibliográficas acerca do tema extensão universitária e o desenvolvimento regional. Para isso, há desenvolvimento de conceitos como a de desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e desenvolvimento da região Sul Fluminense e extensão universitária. No entanto, não se pretendeu esgotar o tema em termos de descrição histórica e ou desdobramentos filosóficos de seus conceitos.

Trata-se portanto de uma pesquisa de caráter teórico exploratório, documental bibliográfica com a intenção de comparar o melhor possível as diferentes visões teóricas sobre o tema.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica com conceituações sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e extensão universitária (ainda que o enfoque principal da pesquisa não seja a evolução histórica das conceituações relacionadas aos títulos acima), o breve registro sobre o PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), o levantamento sobre alguns marcos do desenvolvimento da região sul fluminense nos últimos anos e uma reflexão sobre o papel da Universidade no cenário contemporâneo nos esclareceram pontos importantes sobre o tema em estudo.

Verificou-se que a região Sul Fluminense em um período compreendido entre o início dos anos 80 e a metade dos anos 90 foi marcada por profunda crise econômica, social e institucional, assim como todo estado do Rio de Janeiro neste período histórico. Mas este quadro tem recentemente mudado, e a região recebeu bons reflexos impulsionadores do desenvolvimento advindos da indústria extrativista no estado.

Embora as políticas nacionais de desenvolvimento regional (PNDR) não contemplem diretamente o complexo regional do sul fluminense, suas atuações nacionais acabam por indiretamente influenciar positivamente a economia local. Além disso, ao serem verificadas as peculiaridades econômicas desta região, nota-se uma vocação empreendedora com muito potencial de crescimento, levando em conta seu crescente processo de industrialização e seu comércio local. Este potencial tem sido revelado inclusive pela implantação de importantes industrias como "a indústria siderúrgica capitaneada pela CSN, e em menor escala com Resende e Porto Real que abrigam grandes investimentos no setor automobilístico, respectivamente com unidades da Wolkswagen e Peageout-Citroen. (FAURÉ et al, 2008, pag. 43).

O desenvolvimento da região impulsionado pela indústria pode ser potencializado com ações e cursos de atualização profissional que podem ser promovidos pela extensão universitária.

## 5 CONCLUSÃO

Em um contexto de economia global se intensificando no início do novo milênio, é imprescindível que, dentre outras questões, a Extensão Universitária deva contribuir para o desenvolvimento regional Sul Fluminense considerando que a ela tenha liberdade curricular para utilizar-se de uma perspectiva de atualização profissional.

Ao verificar algumas análises de Yves Fauré, percebe-se que há um crescente desenvolvimento na região Sul Fluminense, no entanto, atualmente para ela possa continuar se desenvolvendo economicamente, há que se pensar com ênfase a questão de seu desenvolvimento educacional. Em um processo histórico global cada vez mais baseado no conhecimento, é necessário clamar às Universidades brasileiras e regionais,

por um maior enfoque em seu objetivo de atender as demandas por conhecimento da sociedade contemporânea, principalmente para a atualização e capacitação profissional.

Em relação à Extensão Universitária, percebe-se que sua flexibilidade de currículos, de modo a atender as demandas do mercado de trabalho, também pode contribuir substancialmente para o desenvolvimento regional, pois, deste modo, pode-se evitar a dissociação entre o que é ensinado nas universidades e a prática do mercado. Assim, a universidade, com sua natureza autônoma, pode colocar ênfase na qualidade e na detalhada especialização em termos de formação e atualização de seu aluno em cursos de Extensão. Neste cenário, ganha o setor produtivo local ao ser contemplado com mão de obra rapidamente capacitada e ganha o indivíduo, ao aumentar suas chances de empregabilidade.

A análise sugere ainda que as IES devam perceber a Extensão Universitária além da finalidade de função social, chegando a ser percebida como uma via de mão dupla, com a possibilidade de diálogos e partilhas de conhecimentos com a comunidade local. Em outras palavras, a Extensão oportuniza conhecimentos e atualização profissional enquanto recebe muitas sugestões de estudos e de necessidades advindas dos agentes produtivos regionais e da comunidade.

Não há tempo suficiente, nem necessidade que toda capacitação e atualização profissional sejam feitas através da graduação e pós-graduação, portanto, este trabalho conclui que cursos e ações de Extensão Universitária contribuem para o desenvolvimento regional. Mas para isso, é importante conceber a extensão não somente como uma obrigação e ou função social da universidade, mas como uma ferramenta útil aos indivíduos, que com maior rapidez através de seus cursos de atualizações profissionais, podem atuar na região, contribuindo e se inserindo em seu desenvolvimento.

De modo geral, este trabalho também aponta para a urgência de mais estudos e pesquisas em relação ao tema abordado, sendo o estudo otimista em se considerar como mais uma fonte de informação e de abertura para discussões sobre a grande relevância do assunto estudado.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasilia, DF. 1988.
Decreto n° 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm Acesso em: 10 set. 2014.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n.248, 23 dez.1996.
Plano Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: http://www.uniube.br/ceac/arquivos/PNEX.pdf Acesso em: 2 jun. 2014.
Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais. PROEX. COOPMED Editora, 2007.

FAURÉ, Y; HASENCLEVER, Lia; SILVA NETO, Romeu e. Novos Rumos Para A Economia Fluminense: Oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro E-papers, 2008.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS IES BRASILEIRAS. Institucionalização da Extensão: passo a passo / fórum de extensão das IES brasileiras. Brasília: Fórum, 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. POLÍTICA NACIONALDE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Impresso na Gráfica da UFRGS - Porto Alegre/RS (Brasil) 1ª impressão: agosto 2012.

GOMES, Gustavo Maia. Conflito e conciliação: políticas de desenvolvimento regional no mundo contemporâneo. Fortaleza: BNB, 2011.

LIMA, M. M. F. PROJETO DE ECONOMIA SOLIDARIA no BNB.Fortaleza,Bnco do Nordeste do Brasil,2010.

MEIER, G.M. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Mestre jou,1970

MELLOR, J.W. Economia y desarrollo agropecuário. Buenos aires: Marymar ,1967

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Principais Ações do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/acoes-2029, Acesso em: 10 set. 2014.

MORAES, R.C.C. A Universidade E Seu Espaço. In LOUEIRO, I, DEL-MASSO, M.C.(ORGS). Tempos de greve na universidade pública. Marilia: UNESP Marilia Publicações ,2001. ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil: history repeats. Cad. Pesqui, n.115, p25-63, mar 2002.

PENNA, REJANE; TOALDO, ANNA MARIA; SABEDOT, SIDNEY. Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional. Canoas: Unilasalle, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, SP. 1996.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processo, políticas e - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A História Da Extensão Universitária .2 edições. Campinas, SP: Editora Alínea. 2010.